

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.525.943 - CE (2019/0179579-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : FRANCISCO EDIVANILDO DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial, com fundamento na Súmula 284/STF.

Nas razões do especial, aponta a defesa violação do art. 89 da Lei 9.099/95 e 112 do CP.

Sustenta que a existência de inquérito policial, durante o período de prova, não pode acarretar a revogação da suspensão condicional do processo.

Requer, assim, o provimento do recurso especial, a fim de que seja mantida a extinção da punibilidade.

Apresentada a contraminuta, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

O recurso é tempestivo e ataca os fundamentos da decisão agravada. Passo, portanto, à análise do mérito.

Consta dos autos que o agravante, denunciado como incurso no art. 155, §§ 1º e 2º, do CP, aceitou a proposta de suspensão condicional do processo, tendo sido decretada a extinção da punibilidade pelo Juízo de origem. Interposto recurso de apelação, o Tribunal local deu provimento ao apelo do Ministério Público para revogar o *sursis* processual, diante da prática de novo crime, durante o período de prova.

Em relação à prescrição, considerando a pena em abstrato no patamar máximo seria de 3 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão, infere-se que o prazo prescricional é de 8 anos, nos termos do art. 109, IV, do CP.

Ressalte-se a impossibilidade da contagem da prescrição pela pena virtual, consoante Súmula 438/STJ.

No caso, verifica-se que o recebimento da denúncia ocorreu em 24/1/2007 (fl. 32), tendo sido aceita a proposta de suspensão condicional do processo pelo prazo de 2 anos em 15/6/2011 (fl. 97), cujo período não é computado, a teor do art. 89, § 6º, da Lei 9.099/95, sendo a sentença, que decretou a extinção da punibilidade, foi proferida em 30/4/2015 (fl. 99), com a posterior reforma pela Corte *a quo*, em sessão de julgamento ocorrida em 20/11/2018 (fl.

169).

Desse modo, não se verifica o transcurso do prazo prescricional de 8 anos entre os marcos interruptivos, motivo pelo qual não há falar em prescrição.

Acerca da revogação da suspensão condicional do processo, extrai-se do acórdão recorrido a seguinte fundamentação (fls. 164/167):

Cuida-se de recurso de apelação interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ desafiando sentença condenatória prolatada pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte, que decidiu declarar extinta a punibilidade do réu Francisco Edivanildo da Silva Oliveira, em razão do cumprimento durante 02 (dois) anos do sursis processual.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

O membro do Parquet, em sede de apelação, pugna pela revogação da sentença, afastando a extinção da punibilidade, haja vista que o agente, no período de prova, cometeu um novo crime, tipificado no art. 184, § 2º, do Código Penal brasileiro.

Entendo assistir razão ao ora apelante. Perpasso a explicar.

Cumpre ressaltar, preambularmente, que a suspensão condicional do processo tem o objetivo, da mesma forma que a transação penal, de gerar a despenalização e dar celeridade ao processo penal.

Pois bem. No compulsar dos autos da presente ação penal, verifica-se que o aludido benefício foi ofertado pelo membro do Parquet, em sede de audiência de instrução e julgamento e aceito pelo apelado na mesma ocasião, conforme constata-se às páginas 89/90.

Ocorre que, no curso do período de prova, sobreveio a informação (página 91) da propositura de uma nova ação em face do recorrido, pelo cometimento do crime tipificado no art. 184, § 2º, do Código Penal brasileiro, sendo essa informação ratificada pelo representante do Ministério Público, conforme exara-se da página 94 dos autos.

No entanto, apesar do réu, ora apelado, estar sendo processado por um novo crime dentro do período de prova, o Magistrado a quo decidiu por extinguir a punibilidade do agente.

Ocorre que, conforme dispõe o art. 89, § 3º, da Lei nº 9.099/95 “a suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.” Assim, ainda pela simples leitura do dispositivo retrotranscrito, verifica-se que, se no prazo de suspensão condicional do processo o beneficiário vier a ser processado por um outro crime, perderá, obrigatoriamente, o direito a esse benefício.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça vem perfilhando entendimento, senão vejamos:

[...]

O Supremo Tribunal Federal detém entendimento que a suspensão condicional do processo pode ser revogada, mesmo após o término do prazo do benefício, desde que comprovado que o motivo de sua revogação tenha ocorrido durante

Superior Tribunal de Justiça

o período do benesse, vejamos:

[...]

Ademais, cumpre ressaltar que a revogação do benefício do sursis, em razão do réu, ora apelado, estar sendo processado por novo crime, não padece de qualquer inconstitucionalidade, uma vez que a referida situação trata-se de uma revogação obrigatória e, assim, é impossível falar em aplicação do princípio da presunção de inocência. Ademais, o comando legal é taxativo ao impor ao magistrado que, ao tomar conhecimento do fato, deverá, obrigatoriamente, revogar a suspensão, inexistindo, conseqüentemente, a necessidade do trânsito em julgado.

Assim, a revogação não está condenando o réu, mas sim apenas revogando um benefício, cujas condições estão devidamente previstas em Lei.

Diante do exposto, em consonância com o parecer ministerial, hei por bem conhecer do recurso para dar-lhe provimento, revogando, portanto, a suspensão condicional do processo, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça e da Corte Suprema, determinando, por conseguinte, o retorno dos autos ao Juízo de origem para prosseguimento da ação.

O acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento firmado pela Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do Recurso Especial 1.498.034/RS, processado sob o rito dos repetitivos, no sentido de ser possível a *revogação da suspensão condicional do processo ante o descumprimento, durante o período de prova, de condição imposta, mesmo após o fim do prazo legal*. O acórdão foi assim ementado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSAMENTO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. AMEAÇA. LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS DURANTE O PERÍODO DE PROVA. FATO OCORRIDO DURANTE SUA VIGÊNCIA. REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO MESMO QUE ULTRAPASSADO O PRAZO LEGAL. ESTABELECIMENTO DE CONDIÇÕES JUDICIAIS EQUIVALENTES A SANÇÕES PENAIAS. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. Recurso especial processado sob o regime previsto no art. 543-C, § 2º, do CPC, c/c o art. 3º do CPP, e na Resolução n. 8/2008 do STJ.

PRIMEIRA TESE: Se descumpridas as condições impostas durante o período de prova da suspensão condicional do processo, o benefício poderá ser revogado, mesmo se já ultrapassado o prazo legal, desde que referente a fato ocorrido durante sua vigência.

SEGUNDA TESE: Não há óbice a que se estabeleçam, no prudente uso da faculdade judicial disposta no art. 89, § 2º, da Lei n. 9.099/1995, obrigações equivalentes, do ponto de vista prático, a sanções penais (tais como a prestação de serviços comunitários ou a prestação pecuniária), mas que, para os fins do

Superior Tribunal de Justiça

sursis processual, se apresentam tão somente como condições para sua incidência.

2. Da exegese do § 4º do art. 89 da Lei n. 9.099/1995 ("a suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta), constata-se ser viável a revogação da suspensão condicional do processo ante o descumprimento, durante o período de prova, de condição imposta, mesmo após o fim do prazo legal.

3. A jurisprudência de ambas as Turmas do STJ e do STF é firme em assinalar que o § 2º do art. 89 da Lei n. 9.099/1995 não veda a imposição de outras condições, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

4. Recurso especial representativo de controvérsia provido para, reconhecendo a violação do art. 89, §§ 1º, 2º, 4º e 5º da Lei n. 9.099/1995, afastar a decisão de extinção da punibilidade do recorrido, com o prosseguimento da Ação Penal n. 0037452-56.2008.8.21.0017.

(REsp 1498034/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2015, DJe 02/12/2015.)

No presente caso, segundo consta do aresto, *no curso do período de prova, sobreveio a informação (página 91) da propositura de uma nova ação em face do recorrido, pelo cometimento do crime tipificado no art. 184, § 2º, do Código Penal brasileiro, sendo essa informação ratificada pelo representante do Ministério Público, conforme exara-se da página 94 dos autos (fl. 165).*

Sendo assim, fica evidente que o descumprimento da condição ocorreu durante o período de prova, na medida em que constatada pela Corte estadual a propositura de nova ação penal referente à prática de outro delito após a aceitação do *sursis* processual, motivo pelo qual incabível a extinção da punibilidade.

Incide, pois, a Súmula 83/STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator